

"Falta espaço para ampliar acordo"

por Celso Pinto
de Brasília

O Brasil deve negociar termos muito mais favoráveis para sua dívida externa, mas colocar isto na mesa agora seria "muito perigoso", sugeriram a este jornal uma fonte credenciada da Secretaria do Planejamento e outra fonte qualificada, ligada aos principais credores externos. Ambas comentavam a informação de uma alta fonte do Planalto, publicada terça-feira, de que o Brasil iniciaria imediatamente a negociação de toda sua dívida, pedindo prazo de 10 anos com 5 de carência.

As duas fontes desconheciam tal disposição do governo brasileiro. Sabiam da intenção de ampliar, no próximo ano, as condições da renegociação externa, mas consideram que a antecipação desta discussão, num momento em que o Brasil procura, com dificuldades, concluir a "fase 2" de seu projeto externo, poderia complicar muito a relação com os credores.

"Hoje, não há espaço para ampliar as condições da negociação externa", acredita a fonte da Seplan. "Daqui a seis meses talvez possa surgir alguma alternativa."

A fonte ligada aos credores, por sua vez, diz ser "muito cedo" para colocar esta questão na mesa. "Se o Brasil quiser discutir uma renegociação mais ampla de sua dívida externa em meados do próximo ano, digamos em julho, tem de começar a conversar em fevereiro", sugere. "Antes disto, só atrapalharia."

O princípio desta nova etapa de negociação externa, que alguns já apelidaram de "fase 3", é que o Brasil acumule, antes de detoná-la, um mínimo de munição em termos de credibilidade e recursos em caixa. Por esta razão, cogitava-se, já há algum tempo, da hipótese de ativar uma "fase 3" em meados do próximo ano, depois

de o Brasil ter cumprido ao menos 6 meses de metas acertadas com o FMI, consolidados alguns resultados econômicos positivos e um pouco de dólares disponíveis.

A idéia em si de ampliar os termos da negociação não assusta. A fonte ligada aos credores concorda, por exemplo, em que é preciso que em 84 se discuta a questão da dívida "não com um horizonte de seis meses, mas pensando no ano de 1990 pelo menos", e admite que "todas as alternativas terão de ser examinadas". Diz, no entanto, que hoje é impossível avaliar qual seria a reação dos banqueiros a propostas mais ambiciosas.

A fonte da Seplan, por sua vez, considera muito mais realista imaginar-se a discussão de ampliação de prazos do que a simples inclusão dos juros no escopo da renegociação. Há obstáculos legais, lembrou, especialmente para os bancos americanos, em simplesmente incluir os juros na renegociação sem contabilizá-los como prejuízo.

O fato é que esta perspectiva de forçar uma renegociação mais generosa da dívida externa no próximo ano, inclusive para viabilizar o período inicial do próximo presidente da República, é uma idéia que, nascida no governo, já ganhou transito junto à oposição.